



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA
RESOLUÇÃO DE DIRETORIA**

Número: G/040/06/705^a
Data: 02/08/2017
Relator: Jean Cesare Negri

Com base nas exposições de motivos e nas propostas contidas no Relatório à Diretoria nº G/040/2017 apresentado pelo Sr. **Jean Cesare Negri**, a Diretoria resolve **autorizar**:

- A revisão dos estudos de inventário do Rio Tietê entre o canal de fuga da UHE Tietê e o remanso da UHE Barra Bonita, atendendo o Despacho ANEEL nº 604, de 03 de Março de 2017, a fim de possibilitar uma nova análise dos estudos e manter a EMAE em condições de disputa pelo melhor aproveitamento no trecho supracitado, para a qual haverá a necessidade de aporte de recursos financeiros no valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), base junho/2017, item financeiro: 02190, conta razão: 1129602101, centro financeiro: **NOVOS_PROJETOS** e Requisição 10018057.

**CERTIFICO a aprovação da
Presente Resolução de Diretoria**

Pedro Eduardo Fernandes Brito
Secretário das Reuniões de Diretoria
02/08/2017



RELATÓRIO A DIRETORIA

Número: G/040/2017

Data: 02/08/2017

Relator: Jean Cesare Negri

Proposta: Ajustes dos estudos de inventário do Rio Tietê entre o canal de fuga da UHE Tiete e o remanso da UHE Barra Bonita.

Relatório:

A EMAE concluiu em abril de 2003 o desenvolvimento dos Estudos de Inventário Hidroelétrico Simplificado do rio Tietê, entre a Confluência do rio Pinheiros e o Remanso do Reservatório de Barra Bonita, contratados junto à Engecorps – Corpo de Engenheiros Consultores S/C Ltda.

Esse inventário, focado no aproveitamento energético, indicou, no trecho entre o remanso do reservatório de Barra Bonita e o município de Salto, a execução de 05 (cinco) barramentos: Anhemi, Baguari, Laranjal, Tietê e Porto Feliz.

Em 2012, a EMAE contratou a empresa ARCADIS Design & Consultancy para executar novos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para o aproveitamento do rio Tietê, no trecho entre as cidades de Anhemi e Salto, considerando as necessidades de intervenções dentro do conceito de uso múltiplo.

Esses estudos avaliaram a viabilidade do aproveitamento do trecho de forma global, considerando o aproveitamento do potencial hidroenergético, a extensão da Hidrovia Tietê-Paraná até a cidade de Salto e a contribuição que essas obras hidráulicas poderão oferecer para o combate às cheias na sua região de influência.

Em 2017, após a análise do relatório final da EMAE, a ANEEL, através da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG publicou o Despacho nº 604, de 03/03/2017, estabelecendo prazo de 180 dias (03/09/2017) para que a EMAE realize ajustes e rerepresente os estudos de inventário do trecho acima mencionado, pois foi constatada a necessidade de adequações e/ou esclarecimentos nos seguintes tópicos:

I Estudos Cartográficos

- I.a Transporte de coordenadas realizada na etapa de levantamentos de pontos de NA;
- I.b Compensação geoidal realizada para os demais pontos levantados no estudo;
- I.c Apresentação das monografias dos marcos intervisíveis.

II Estudos Energéticos Supermotorização dos aproveitamentos;

- Consideração dos diferentes cenários de disponibilidade hídrica para geração de energia;
- Taxas de indisponibilidade forçada e programada;
- Adequação do nível de jusante da AHE Anhemi Alto;
- Avaliação da potencia instalada de PCHs com base na média (se houver).

Assim, para que a ANEEL prossiga na avaliação dos estudos de viabilidade técnico-econômica dos aproveitamentos em questão, existe a necessidade de contratação da empresa ARCADIS Design & Consultancy, a qual possui todos os dados e estudos dos aproveitamentos.

Basicamente os ajustes a serem executados referem-se a ajustes no processamento dos dados topográficos dentro das novas normas do geoidal vigente (MAPGEO 2015), revisão do nível d'água normal de operação da Usina de Anhemi, interferência da disponibilidade de vazões nos aproveitamentos em função da reversão das águas do rio Pinheiros para a represa Billings. Tais ajustes impactarão diretamente na energia média dos aproveitamentos e em suas respectivas potencias instaladas.

Os produtos a serem entregues ao fim da prestação dos serviços são: reprocessamento dos dados aerofotogramétricos e elaboração dos modelos digitais; relatório final do reprocessamento aerofotogramétrico; atualização da serie de vazões médias mensais e máximas diárias; relatório revisado dos estudos hidrológicos; simulações energéticas das alternativas de divisão de quedas; consolidação das alternativas selecionadas; revisão de desenhos (103), revisão dos textos do relatório técnico (tomo I)

O prazo estimado para finalização da prestação de serviços é de 75 dias.



Justificativa: Existe a necessidade de a EMAE ajustar e revisar o inventário do Rio Tietê no trecho informado, atendendo o Despacho ANEEL nº 604/2017, com prazo de 180 dias para envio dessas informações, a fim de possibilitar uma nova análise dos estudos por parte da ANEEL. Caso não sejam realizados os ajustes no inventário referente ao trecho em questão, a ANEEL não reavaliará o estudo e a EMAE estará automaticamente fora da disputa pelo melhor aproveitamento no trecho. Portanto, o atendimento às solicitações da ANEEL é fundamental para continuar a busca pelo aceite dos aproveitamentos do trecho em questão.

Tendo em vista que em 2013 a empresa ARCADIS elaborou a revisão desse inventário, há a necessidade de contrata-lá por inexibilidade de licitação, em função da especificidade da prestação do serviço e agilidade de execução em função do conhecimento do inventário.
Parecer Jurídico PJ 185/2017.

Prazo: 75 (setenta e cinco) dias.

Orçamento- Base: R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil) na base Junho de 2017.

Item Financeiro: 02190	Conta Razão: 1129602101	Centro Financeiro: NOVOS_PROJETOS	Requisição: 10018057	Anexo: - Parecer Jurídico PJ 185/17.
----------------------------------	-----------------------------------	---	--------------------------------	--


Jean Cesare Negri
Diretoria de Geração

São Paulo, 1º de agosto de 2017.

**Ao Gerente do Departamento de Engenharia
Sr. João Ribeiro da Costa Neto**

Ref.: Inexigibilidade – *Arcadis Logos S.A.*

Parecer nº PJ 185/17

Prezados Senhores,

Consultam-nos V.S^{as}. acerca da possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa *Arcadis Logos S.A.* para a elaboração de revisão dos estudos de inventário do Rio Tietê entre o canal de fuga da UHE Tietê e o remanso da UHE Barra Bonita.

Nessa oportunidade, propõe o Departamento de Engenharia a contratação, nos seguintes termos:

Histórico:

Em 2012, a EMAE contratou a empresa ARCADIS Logos S.A. (antigas ENERCONSULT/ ARCADIS LOGOS) para executar novos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para o aproveitamento do rio Tietê, no trecho entre as cidades de Anhembi e Salto, considerando as necessidades de intervenções dentro do conceito de uso múltiplo. Esses estudos avaliaram a viabilidade do aproveitamento do trecho de forma global, considerando o aproveitamento do potencial hidroenergético, a extensão da Hidrovia Tietê-Paraná até a cidade de Salto e a contribuição que essas obras hidráulicas poderão oferecer para o combate às cheias na sua região de influência. Em 2017, após a análise do relatório final da EMAE, a ANEEL, através da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG publicou o Despacho nº 604, de 03/03/2017, estabelecendo prazo de 180 dias, cujo vencimento ocorrerá em 03/09/2017 para que a EMAE realize ajustes e reapresente os estudos de inventário do trecho acima mencionado, pois foi constatada a necessidade de adequações e/ou esclarecimentos nos seguintes tópicos:

I Estudos Cartográficos

a) Transporte de coordenadas realizada na etapa de levantamentos de pontos de NA;



b) *Compensação geoidal realizada para os demais pontos levantados no estudo;*

c) *Apresentação das monografias dos marcos intervisíveis.*

II Estudos Energéticos

a) *Ajustes na motorização dos aproveitamentos;*

b) *Consideração dos diferentes cenários de disponibilidade hídrica para geração de energia;*

c) *Taxas de indisponibilidade forçada e programada;*

d) *Adequação do nível de jusante da AHE Anhembí Alto;*

e) *Utilização de ferramentas de simulação hidroenergética avançadas;*

f) *Avaliação da potência instalada de PCH's com base na média das vazões.*

Motivação:

A necessidade de ajustar e revisar o inventário do Rio Tietê decorre do Despacho ANEEL nº 604/2017. Caso não sejam realizados tais ajustes a ANEEL não reavaliará o estudo e a EMAE estará automaticamente fora da disputa pelo melhor aproveitamento no trecho. Portanto, o atendimento às solicitações da ANEEL é fundamental para continuar a busca pelos direitos de exploração dos aproveitamentos do trecho em questão.

É importante destacar que os estudos realizados pela ARCADIS no contrato de 2012 foram realizados de acordo com as especificações técnicas e normas vigentes à época da contratação dos serviços.

No que diz respeito aos estudos cartográficos, as normas e procedimentos foram alterados pela ANEEL quando a base cartográfica já estava estabelecida e os estudos e desenhos dos arranjos já se encontravam em fase final de desenvolvimento. Como as alterações impostas pela Agência não tinham impactos significativos nos resultados e para evitar retrabalho e custos, a decisão foi prosseguir com os estudos normalmente, contando com o bom senso da Agência na análise dos produtos.

As exigências da ANEEL requerem que os dados cartográficos brutos sejam reprocessados para se ajustarem a um modelo geoidal diferente, o que acarretará também pequenas correções em um grande número de desenhos.

Já as alterações na parte hidroenergética envolvem:

- A simulação mais elaborada com utilização de um software específico (SINV ou MSUI) os quais, segundo a ANEEL, trariam um ajuste melhor em relação ao estabelecimento da potência instalada dos aproveitamentos;*
- A inclusão do cenário de reversão do Rio Pinheiros, que havia sido abandonado na ocasião dos estudos de 2012.*



Inexigibilidade de Licitação:

Para a realização dessas alterações, propõe-se a contratação da ARCADIS Logos S.A., por inexigibilidade de licitação, uma vez que existem questões técnicas e econômicas que inviabilizam a competição com outras empresas:

- *O reprocessamento dos dados cartográficos deve ser feito pela mesma empresa que elaborou o estudo original a partir dos dados brutos existentes. Caso contrário, todos os estudos deverão ser refeitos, com custo multiplicado em relação ao valor ora proposto para toda a revisão; em moeda contratual (2012) esses levantamentos somaram mais de R\$ 500.000,00 e foram realizados às expensas do Departamento Hidroviário, no âmbito do convênio vigente.*
- *A série de vazões turbináveis deve ser atualizada em aproximadamente 5 anos para a realização dos estudos hidroenergéticos. Essa série de vazões é sintética, ou seja, foi obtida a partir dos dados de vazão "brutos" por meio de modelos e simulações, que seguem critérios próprios de cada profissional. É importante que as novas simulações sejam feitas pelo mesmo consultor, caso contrário ocorrerão naturalmente pequenas discrepâncias em relação aos resultados já apresentados. Por experiência, sabe-se que não se deve dar motivo para novos questionamentos por parte da ANEEL.*
- *Será preciso alterar aproximadamente 103 desenhos técnicos com diferentes graus de complexidade. A equipe da ARCADIS pode realizar essas alterações em menor tempo e custo, devido à familiarização com o estudo e disponibilidade de "layers", e demais partes como blocos e "libraries".*
- *Os serviços envolvem revisões e complementações e torna-se necessária a contratação de serviços profissionais qualificados que ofereçam plena segurança à EMAE na realização do escopo dos serviços conforme determinação da ANEEL, a fim de que não haja distorções daquilo que já foi apresentado e ponha em risco o "aceite" da agência.*

Nesse sentido, considerando a natureza singular dos serviços, que requer amplo conhecimento do assunto e visando sobremaneira o sucesso para não comprometer o "aceite" da revisão de Inventário pela ANEEL, faz-se necessário a contratação direta, nos termos do art. 25, inciso II da Lei 8666/93 e suas atualizações, tendo em vista que a empresa ARCADIS Logos S.A. possui o notório saber sobre o assunto em questão, conforme supracitado.

A ARCADIS Logos desenvolveu nos últimos 40 anos diversos projetos de Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Estes Projetos abrangeram as diferentes etapas de projeto envolvidas na implantação de empreendimentos hidrelétrico, dentre os quais estão

presentes os estudos de inventário e de viabilidade. Além do mais, os diversos projetos elaborados abrangem usinas hidrelétricas espalhadas por todo o território brasileiro, resultando na necessidade de enfrentar muitos desafios e resultou na aquisição de um alto nível de experiência. Dentre os inventários realizados pela empresa ARCADIS, destacamos:

1. *Rio Ariranha (GO)*
2. *Rio Santa Cruz (MG)*
3. *Rio Santo André (MG)*
4. *Rio Vermelho (MT)*
5. *Rio Borrachudo (MG)*
6. *Rio Coxim (MS)*
7. *Rio Butiá (PR)*
8. *Bacia do rio Jequitinhonha (MG)*
9. *Rio Tietê (SP)*
10. *Rios Juquiá e São Lourenço (inventário de reversão do rio)*

Esse o relatório. Opino.

Inicialmente, estabelece o artigo 37, inciso XXI, da nossa Carta Magna que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações a serem contratados pela Administração deverão ser realizados mediante processo de licitação. Portanto, a regra geral para a contratação é a licitação.

Todavia, para regulamentar o referido dispositivo constitucional, a Lei Federal nº 8.666/93 disciplinou a matéria em seu artigo 2º, *verbis*:

Art. 2º.

As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei. (...)

Diante do disposto, no mencionado artigo, denota-se que, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93, a contratação com terceiros deve ser realizada mediante regular procedimento licitatório.



As ressalvas tratadas no dispositivo em questão referem-se aos artigos 24 e 25 desta lei, os quais indicam, expressamente, as hipóteses nas quais o procedimento licitatório é dispensável e inexigível, respectivamente.

Ocorre caso de inexigibilidade de licitação pública, em regra, quando verificada a ocorrência de (i) fornecedor exclusivo; (ii) contratação de serviços técnicos profissionais de natureza singular; (iii) contratação de serviços artísticos; (iv) contratação mediante credenciamento; e (v) contratação interadministrativa.

Ao agente administrativo só é lícito dispensar a licitação diante de expressa autorização legal; ao legislador, por sua vez, só é lícito autorizar a dispensa de licitação pública diante de hipótese fática capaz de sacrificar o interesse público ou de impor-lhe gravame desmedido.

Em consideração à situação acima narrada e à base normativa citada, analisaremos a possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

O artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 assim dispõe:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (g.n.)

De acordo com a disposição acima transcrita, cuja enumeração é exemplificativa, denota-se que o pressuposto fático da inexigibilidade é, indubitavelmente, a **inviabilidade de competição**, sendo, no presente caso, conjugado com a notória especialização da empresa e a singularidade dos serviços.



Da mesma maneira, a referida contratação é permitida nos termos do artigo 30, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Federal nº 13.303/16.

Conforme preleciona o ilustre jurista MARÇAL JUSTEN FILHO¹:

A modalidade mais evidente de inviabilidade de competição é aquela derivada da ausência de alternativas para a Administração Pública. Se existe apenas um único produto em condições de atender à necessidade estatal, não há sentido em realizar licitação. Seria um desperdício de tempo realizar a licitação (...) (g.n)

Noutros termos, a singularidade dos serviços, associada à inviabilidade de competição e à notória especialização, é que irão justificar a inexigibilidade do procedimento licitatório para a contratação de serviços técnicos especializados com profissionais ou empresas de notória especialização.

Segundo se depreende da justificativa da área técnica, a contratação da empresa *Arcadis Logos S.A.* é imprescindível para a elaboração de revisão dos estudos de inventário do Rio Tietê entre o canal de fuga da UHE Tietê e o remanso da UHE Barra Bonita.

No caso em tela, verifica-se a singularidade dos serviços que serão prestados pela empresa *Arcadis Logos S.A.*, uma vez que tratam de serviços de revisão dos estudos de inventário do Rio Tietê entre o canal de fuga da UHE Tietê e o remanso da UHE Barra Bonita, anteriormente elaborado pela referida empresa, a fim de adequá-lo as novas exigências formuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, Dialética, 14ª Edição, p. 360 e 361.

Insta frisar que a EMAE não pretende contratar a referida empresa para a elaboração dos estudos de inventário do Rio Tietê entre o canal de fuga da UHE Tietê e o remanso da UHE Barra Bonita, mas tão-somente a revisão de estudos de inventário já elaborado em 2012, com o escopo de atender as novas exigências da ANEEL, consubstanciada no Despacho nº 604/17.

Sendo assim, verifica-se a singularidade advém da própria natureza dos serviços, consolidada na revisão dos estudos de inventário que já foram realizados pela empresa *Arcadis Logos S.A.*, empresa que detém a expertise e todo o conhecimento técnico necessário que envolve o assunto.

Conforme bem informado pela área técnica a empresa *Arcadis Logos S.A.* possui o notório saber para a revisão dos estudos de inventário, pois já detém todo o conhecimento técnico para a elaboração da revisão necessária exigida pela ANEEL, o que demandará menor tempo e custo para a EMAE, bem como possui vasta experiência na área, eis que ao longo dos últimos 40 (quarenta) anos desenvolveu diversos projetos de Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) em diferentes etapas de projeto, dentre os quais estão presentes os estudos de inventário e de viabilidade, destacando-se Rio Ariranha (GO), Rio Santa Cruz (MG), Rio Santo André (MG), Rio Vermelho (MT), Rio Borrachudo (MG), Rio Coxim (MS), Rio Butiá (PR), Bacia do rio Jequitinhonha (MG), Rio Tietê (SP), e Rios Juquiá e São Lourenço (inventário de reversão do rio).

Todavia, em que pese a autorização legal para a inexigibilidade do procedimento licitatório, como vimos de ver, ainda assim se faz necessário que V.S.^{as}. observem, no que couber, as regras estabelecidas no artigo 26, parágrafo único, da susomencionada legislação.

Pelo exposto, com fulcro nos artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 30, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Federal nº 13.303/16, entendemos cabível, s.m.j., a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da



empresa *Arcadis Logos S.A.* para a elaboração de revisão dos estudos de inventário do Rio Tietê entre o canal de fuga da UHE Tietê e o remanso da UHE Barra Bonita.

É o parecer.

Atenciosamente,



Vanessa Ribeiro
OAB/SP 296.249

De acordo.



Pedro Eduardo Fernandes Brito
Gerente do Departamento Jurídico